

(ANP – Analista Administrativo – Área 5 – 2013)

Acerca da IN MPOG/SLTI 02/2008 e da IN MPOG/SLTI 04/2010, julgue os itens que se seguem

1. [101] De acordo com a IN MPOG/SLTI 04/2010, deve ser feita a análise de viabilidade da contratação, sendo uma das tarefas dessa análise verificar a disponibilidade de solução similar em outro órgão público ou no portal do Software Público Brasileiro.

2. [102] De acordo com a IN MPOG/SLTI 04/2010, uma entidade da administração pública que já tenha os processos de segurança da informação definidos pode contratar prestação de serviços para a gestão dos processos de segurança da informação.

3. [103] A IN MPOG/SLTI 02/2008 admite repactuação contratual para contratos com vigência de no mínimo seis meses ou superior.

4. [104] A IN MPOG/SLTI 02/2008 veda a contratação de sociedades cooperativas em todos os tipos de concorrências.

(ANAC – Analista Administrativo – Área 4 – 2012)

De acordo com a Instrução Normativa para Contratação de Soluções de TI - SLTI/MP IN 04/2010 e com o Guia Prático para Contratação de Soluções de TI, versão 1.1, julgue os itens seguintes.

5. [55] A garantia da continuidade do negócio é uma das ações consideradas no plano de sustentação e abrange, em relação à solução de TI contratada, o período de implantação da solução e o período posterior ao encerramento do contrato.

6. [56] A execução da fase de planejamento da contratação não é obrigatória nos casos de dispensa de licitação ou de licitação dispensada.

7. [57] De acordo com a IN 04/2010, mesmo sendo vedado exigir certificações dos empregados dos fornecedores de solução, é correto definir como critério para a habilitação da contratação a certificação da própria empresa em uma ferramenta de governança de TI, sem necessidade de justificativa específica.

8. [58] Uma solução de TI não pode ser dividida em contratações separadas.

(ANAC – Analista Administrativo – Área 5 – 2012)

Com base na Instrução Normativa para Contratação de Soluções de TI n.º 4/2010, julgue os itens que se seguem.

9. [55] Na entrega de produtos com prazo e qualidade previamente definidos, deve-se realizar a aferição de esforço por meio da métrica homens-hora.

10. [56] O termo de referência, também denominado projeto básico, deve ser elaborado pelo gestor do contrato, com o apoio do requisitante do serviço e da área de TI, a partir da estratégia de contratação, e conter diversas informações, tais como a definição do objeto, a fundamentação da

contratação, a estimativa de preços e a adequação orçamentária.

De acordo com o Guia Prático para Contratação de Soluções de TI, versão 1.1, julgue o item abaixo.

11. [57] O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. Se o valor dessa multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, o contrato deverá ser encerrado/cancelado.

(TCDF – Auditor de Controle Externo – 2011)

Acerca da fiscalização das contratações de TI para o setor público, julgue os itens de 187 a 192 à luz da Lei n.º 8.666/1993.

12. [187] Nas instituições públicas, a ausência de aprovação formal do projeto básico (ou do termo de referência) pela autoridade competente e também pela assessoria jurídica deverá ser considerada uma não conformidade legal.

13. [188] No contexto de determinado contrato específico, segundo a legislação, a não indicação formal do preposto do contratado representa uma não conformidade.

14. [189] De acordo com a lei, deve-se exigir o atesto do fiscal do contrato no verso da nota fiscal referente aos serviços prestados pelo contratado; esse é o ato que comprova o recebimento definitivo dos serviços em nome do contratante.

15. [190] O fiscal do contrato deverá anotar todas as ocorrências observadas relacionadas à execução do contrato, determinando ao preposto a regularização daquelas que forem ocorrências de falta ou de defeito.

16. [191] A lei autoriza a contratação de terceiros para auxiliar na fiscalização de contratos da administração pública.

17. [192] O objetivo da lei em questão, ao considerar obrigatório o emprego de licitação do tipo técnica e preço para a aquisição de bens e serviços de informática — com as exceções previstas em decreto do Poder Executivo — é garantir a qualidade dessas contratações, independentemente da origem do fornecedor.

Com respeito à IN SLTI/MP 4/2008 (IN-4) e ao Decreto Distrital

n.º 32.218/2010, julgue os itens subsecutivos.

18. [193] Nos casos em que não seja possível demonstrar os resultados da prestação de serviço, de acordo com a IN-4, será possível a contratação por postos de trabalho alocados.

19. [194] Nos casos em que a IN-4 se aplica, a contratação de serviço de TI poderá ser paralisada ou cancelada se não estiver em harmonia com o plano diretor de TI ou se não se alinhar à estratégia da instituição, inclusive nos casos de contratação não emergencial efetivada com dispensa ou inexigibilidade de licitação ou pelo sistema de registro de preços.

20. [195] Nos autos da contratação, independentemente da instituição pública contratante, a

ausência dos artefatos exigidos pela IN-4 será considerada uma não conformidade.

21. [196] Segundo a IN-4, a contratação de serviço com remuneração paga segundo a métrica homem-hora deverá ser evitada a todo custo, mas poderá ser excepcionalmente usada nos casos em que não seja possível definir com precisão o prazo para a entrega dos produtos objetos do contrato.

À luz da legislação pertinente a contratações de TI pela administração pública, julgue os itens que se seguem.

22. [197] Qualquer inexecução, total ou parcial, do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, segundo a Lei de Licitações.

23. [198] Não há base legal para a exigência de atendimento de nível de serviço (qualidade e desempenho) em contratos públicos de TI, mas apenas boas práticas — como, por exemplo, o ITIL —, que foram incorporadas à IN-4.

24. [199] Quanto à segurança da informação, a Lei de Licitações exige a cessão dos direitos patrimoniais do contratado sobre projetos ou serviços técnicos especializados contratados, inclusive como condição para pagamento.

25. [200] Nas licitações do tipo técnica e preço, os fatores que constituem a pontuação técnica são prazo de entrega, suporte de serviços, qualidade, padronização, compatibilidade, desempenho e garantia técnica, sendo que este último carece de fundamento legal, constando apenas do Decreto n.º 7.174/2010.

(TRT 21ª- Contabilidade - 2010)

Acerca dos princípios e das modalidades de licitação, julgue os itens a seguir.

26. [103] Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tanto a administração quanto os licitantes estão subordinados às regras do edital ou da carta-convite, razão pela qual a lei veda, em caráter absoluto, modificação no instrumento convocatório.

27. [102] É vedada a combinação das modalidades de licitação previstas em lei, mas, nos casos em que couber convite, a administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

(MPU – Analista - 2010)

28. [117] Os princípios básicos a serem observados no processamento e julgamento de licitações incluem: a moralidade, a igualdade, a publicidade, a legalidade, a impessoalidade, a probidade administrativa, a vinculação ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo.

29. [113] Todo procedimento licitatório será sempre um ato administrativo formal, independentemente da esfera da administração pública em que seja realizado.

A respeito da Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens que

se seguem.

30. [56] Os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios estão subordinados ao regime dessa lei.

(MPU – Analista de Informática – Suporte Técnico - 2010)

Julgue os próximos itens, segundo a Instrução Normativa n.º 4/2008, do MPOG, que dispõe acerca do processo de contratação de serviços de tecnologia da informação (TI) pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

31. [91] Software pode ser entendido como um sistema ou componente constituído por um conjunto de programas, procedimentos e documentação, desenvolvido para o atendimento de necessidades específicas do órgão ou entidade.

32. [92] Requisitos é um conjunto de especificações necessárias para definir a solução de TI a ser contratada. Critérios de aceitação são parâmetros objetivos, mas nem sempre mensuráveis, utilizados para verificar um serviço ou produto quanto à conformidade aos requisitos especificados.

33. [93] O plano diretor de tecnologia da informação (PDTI) é um instrumento de diagnóstico e gestão dos recursos e processos de TI, que, sem considerar aspectos de planejamento, visa a atender às necessidades de informação de um órgão ou entidade para determinado período.

34. [94] A gestão de processos de TI, incluindo a gestão de segurança da informação, não pode ser objeto de contratação.

35. [95] Área de TI é considerada como uma unidade setorial ou seccional do sistema de administração dos recursos de informação e informática, bem como área correlata, responsável por gerir a TI do órgão ou entidade.

(DETRAN-ES – Administrador – 2010)

Considere que, para a concessão de direito real de uso, a administração necessite realizar licitação e, para isso, escolheu o tipo melhor técnica e preço, elaborou instrumento convocatório e o enviou para a análise e parecer da assessoria jurídica. A partir dessa situação hipotética e considerando os múltiplos aspectos por ela suscitados, julgue os itens que se seguem.

36. [118] O edital deve ser publicado com, no mínimo, trinta dias de antecedência.

(ABIN – Oficial Técnico de Inteligência – Rede de Dados – 2010)

Com referência à contratação de bens e serviços de TI no âmbito da administração pública, julgue os itens de 101 a 105

37. [101] No planejamento da contratação, devem estar documentadas todas as decisões tomadas pelos gestores, desde a identificação da necessidade da

contratação até a definição do objeto destinado a satisfazer essa necessidade.

38. [102] Segundo o TCU, o problema não é terceirizar e sim terceirizar mal. Uma das deficiências detectadas nesse tipo de procedimento é deixar de avaliar os riscos e não criar mecanismos de controle relativos. Ainda de acordo com o TCU, a estratégia de terceirização é decisiva para uma boa governança de TI.

39. [103] O benefício da contratação, sempre que possível, deve ser estimado e medido em termos de negócio e não da TI.

40. [104] A contratação mensurada por resultados, definida como "principal fundamento" constitui princípio constitucional da eficiência, pois o pagamento pelo resultado incentiva o contratado a alcançar os padrões desejados de qualidade do produto ou serviço fornecido e dirige a atenção da administração para o controle da eficácia da contratação.

41. [105] As etapas do planejamento da contratação incluem a análise da viabilidade da contratação, a análise de ambiente e a análise de fornecedor.

Considerando a Instrução Normativa n.º 4/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, julgue os itens a seguir

42. [106] A análise de viabilidade prevê tarefas de avaliação das necessidades corporativas, segundo os objetivos estratégicos, além da explicitação da motivação para contratação. Também trata da especificação de requisitos e demandas, avaliação de soluções disponíveis, projetos similares e identificação de possíveis soluções, momento em que provedor e cliente devem participar conjuntamente.

43. [107] A norma estabelece três fases para o processo de contratação: planejamento da contratação, seleção do fornecedor e avaliação do serviço. No caso da seleção do fornecedor, todos os procedimentos são direcionados para a legislação vigente, principalmente a Lei nº 8.666/1993 e itens específicos da norma. Nesse sentido, é correto concluir que a norma interfere nesses quesitos.

44. [108] A contratação de bens e serviços de TI, desde que possuam padrões de desempenho e de qualidade objetivamente definidos pelo edital para esta finalidade, com base em especificações usuais encontradas no mercado, deve ser obrigatoriamente realizada pela modalidade técnica e preço.

45. [109] Apesar de não ser obrigatório, o projeto básico ou termo de referência é um anexo do edital da licitação que traz informações específicas do projeto, com requisitos e especificações detalhadas para não deixar dúvidas aos concorrentes.

46. [110] Exigir atestados de capacidade técnica em relação a itens não significativos para a obra ou serviço como um todo, de forma a evitar restrições ao caráter competitivo da licitação, é solicitação indevida na seleção de fornecedores.

(TCU – AFC – TI – 2010)

Motivada pela Instrução Normativa n.º 4 da SLTI/MPOG, de 19/5/2008, uma organização da administração pública federal elaborou recentemente seu plano diretor de tecnologia da informação (PDTI) para o período 2011-2013. A seguir, são apresentados alguns extratos desse plano plurianual, mais especificamente parte do diagnóstico situacional de TI referente à avaliação de maturidade de TI, realizada em referência ao framework COBIT 4.1, e parte das diretrizes de TI para o período.

Plano diretor de tecnologia da informação (PDTI) – 2011-2013

Avaliação de maturidade: Seguindo o exemplo do que ocorreu durante as atividades do projeto de construção do diagnóstico para o PDTI do triênio 2008-2010, foi realizada análise comparativa (aferição de GAP) entre os processos de gestão existentes na organização com um escopo escolhido de processos de gestão para TIC preconizados pelo COBIT versão 4.1. O objetivo é identificar o ganho de maturidade em relação ao resultado obtido no diagnóstico para elaboração do PDTI 2008-2010. A tabela seguinte apresenta o grau de maturidade alcançado em cada objetivo de controle aplicável, nos diagnósticos realizados em 2008 (ciclo de planejamento 2008-2010) e no presente momento (ciclo de planejamento 2010-2013).

Consultoria: processos de consultoria tecnológica, de aporte metodológico e de capacitação serão incorporados à contratação de serviços e ferramentas essenciais à modernização da estrutura gerencial, dos processos de trabalho e da plataforma tecnológica, sempre em um ciclo contínuo de absorção de métodos e tecnologias aportadas pela equipe de servidores efetivos da organização, adotando ainda um modelo de transferência de conhecimento por atuação presencial no sítio de consultores, para trabalhos conjuntos com servidores da organização.

Capacitação: percebe-se a necessidade de ampliação e consolidação da massa crítica existente, sendo a capacitação individual e coletiva da equipe geralmente insuficiente para concretização da estratégia. São competências fundamentais para o sucesso dessa estratégia: a governança de TI com base nos frameworks ITIL v.3 e COBIT v.4.1, a gestão de projetos com base na metodologia PMI, o desenvolvimento de modelos de regras de negócio com base em gerenciamento de processos de negócio (BPM), a consolidação do modelo de arquitetura orientada a serviços (SOA) e seu respectivo processo de desenvolvimento, assistido por modelo de maturidade tal como o MPS.Br. Tais competências devem ser aportadas inicialmente em processos de consultoria e desenvolvidas por processos de capacitação e certificação profissional dos servidores efetivos da organização.

Arquitetura tecnológica: deve-se continuar a buscar a padronização e convergência da arquitetura de TI, com definição clara dos ciclos de vida estimados para cada tecnologia e recurso tecnológico aportado. A prospecção tecnológica continuada deverá indicar as tecnologias que estejam suficientemente maduras e com custo-benefício adequado para aporte pela organização.

Integração de sistemas: deve-se consolidar a concepção já iniciada do sistema integrado de informações da

organização, com base em uma abordagem de integração de sistemas promovida pela adoção da arquitetura orientada a serviços

(SOA) e as plataformas tecnológicas que a suportam. Esse processo visa à substituição gradativa de todo o legado de sistemas existentes.

Agilidade do processo administrativo: as contratações com terceiros devem ser ágeis e eficientes, sob pena de comprometerem o desenvolvimento global da estratégia. Maior aproximação entre a área técnica e a área administrativa, já exercitada no período 2008-2010, deve possibilitar a eliminação de atrasos desnecessários na tramitação dos processos. As contratações consideradas prioritárias deverão ser acompanhadas pela alta gestão da organização.

domínio de controle	objetivo de controle	nível de maturidade*	
		2008	2010
aquisição e implementação	identificar soluções automatizadas	1	2
	adquirir e manter <i>software</i> aplicativo	1	1
	adquirir e manter infraestrutura tecnológica	2	3
entrega e suporte	definir e gerenciar níveis de serviços	não implementado	2
	gerenciar serviços de terceiros	1	2
planejamento e organização	definir plano estratégico de TI	não implementado	3
	determinar direcionamento tecnológico	1	2
	gerenciar investimentos em TI	2	2
	gerenciar projetos	1	2

* 1 – inicial; 2 – repetível; 3 – definido; 4 – gerenciamento com métricas; 5 – otimizado.

A classificação obtida no processo de análise permite que seja estabelecido o plano de ação (políticas e diretrizes estratégicas, programas e projetos) visando à melhoria articulada do desempenho da área no atendimento dos objetivos de negócio institucionais.

Diretrizes de TI: As seguintes diretrizes foram apontadas como elementos norteadores, em seminários de planejamento realizados com o corpo gerencial da organização, em março de 2010.

Estruturação do modelo organizacional e governança de TI: a área de TI deverá se posicionar como provedora de soluções em tecnologia da informação, estruturando sua operação em um birô de serviços (service desk) que opere de maneira integrada e articulada, de acordo com as práticas ITIL v.3. Todos os serviços prestados deverão ser incorporados à estrutura do birô de serviços, que terá regras claras de operação e de interação com os usuários de TI.

Aquisições e terceirização (sourcing): as aquisições de bens e serviços deverão estar inseridas em um processo contínuo de transferência de tecnologia dos provedores de serviço externos para a organização. Os contratos serão regulados por acordos de nível de serviço. Os processos de terceirização envolverão prioritariamente os serviços de natureza rotineira e continuada. Os processos de concepção tecnológica e entendimento do negócio corporativo serão prioritariamente destinados a servidores efetivos da organização.

Com relação à situação apresentada no texto, julgue os itens que se seguem.

47. [191] Os diagnósticos apresentados permitem avaliar tanto qualitativamente quanto quantitativamente a evolução da maturidade da gestão de TI da organização. Nesse sentido, se os objetivos identificados na tabela como "não implementado" se referissem ao ano corrente, essa organização não poderia evoluir de forma consistente e abrangente no que diz respeito à gestão de TI.

48. [192] A adoção de SOA não trouxe incremento na maturidade do processo de desenvolvimento de software aplicativo no período compreendido entre as duas avaliações realizadas.

49. [193] Os processos relativos a aquisição e manutenção da infraestrutura tecnológica estão definidos e ocorrem estruturadamente na organização, com atuação proativa da gestão no que diz respeito a esses processos.

50. [194] O ganho de maturidade apresentado no objetivo de controle "determinar direcionamento tecnológico" é resultado da definição de diretrizes tecnológicas tais como adoção de BPM e SOA, preconizadas no PDTI 2008-2010.

51. [195] A edição da Instrução Normativa n.º 4 parece ter motivado a organização a sistematizar o ciclo de planejamento estratégico de TI, o que pode ser verificado pelo incremento de maturidade obtido no que se refere ao objetivo de controle "definir plano estratégico de TI".

52. [196] O modelo de birô de serviços a ser adotado pela organização é definido no framework ITIL, mas pode ser avaliado por meio da definição de objetivos de controle COBIT apropriadamente escolhidos.

53. [197] O desenvolvimento técnico dos usuários se dará por meio de capacitação e certificação de servidores efetivos, no período 2011-2013. Esse processo permitirá ganho de maturidade no que se refere ao objetivo de controle COBIT DS7 - Educar e treinar usuários.

54. [198] A substituição de todo legado de software, proposta nas diretrizes de TI, não é usual pois acarreta riscos significativos de perdas no histórico das informações contidas em sistemas legados.

55. [199] Não há, nas diretrizes de TI apresentadas, menção explícita de como a TI servirá para apoiar e potencializar os objetivos de negócio da organização.

56. [200] As diretrizes para contratação de serviços fazem diferenciação da estratégia de contratação e gerenciamento para terceirização de serviços de natureza

operacional e rotineira e aporte de novas tecnologias e métodos.

(IJSN – ES – Informática e Gestão da Informação – 2010)

Acerca de normas específicas aplicáveis à contratação de bens e serviços de TI, julgue os itens a seguir.

57. [119] Segundo a Instrução Normativa n.º 4 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regras para aplicação de multas e demais sanções administrativas, quando da contratação de serviços de TI, devem estar presentes na estratégia de contratação, elaborada antes da análise de riscos da contratação e após a elaboração do plano de sustentação.

58. [120] Segundo a Lei n.º 10.520/2002 e sua interpretação no âmbito específico da contratação de bens e serviços de TI, a compra por meio de pregão pode ser dividida nas fases preparatória e externa. Durante a fase externa é possível a publicação de avisos por meios eletrônicos e em jornal de grande circulação, sendo o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir do início da fase preparatória, não inferior a dez dias úteis.

(Banco de Amazônia – Governança de TI – 2010)

Considerando a contratação, por organização pública, de serviço de TI, julgue os itens, com base no que dispõem a Lei n.º 8.666/1993, a legislação complementar e a jurisprudência do TCU, combinada com a IN n.º 4/2008 do MPOG.

59. [107] A contratação do serviço de TI deve ser efetuada, prioritariamente, por meio de uma única modalidade de licitação, não sendo permitida combinação de modalidades.

60. [108] O processo de licitação do serviço de TI pode ser organizado em três fases: iniciação, elaboração e encerramento, devendo a elaboração do projeto básico ser efetuada na primeira fase.

61. [109] Para a licitação do serviço de TI a ser contratado, podem-se adotar as opções de menor preço, melhor técnica e técnica e preço, sendo a terceira opção a menos recomendada para serviços de TI.

62. [110] Considere a seguinte situação. Para uma licitação de serviço de TI, foi adotada a modalidade convite e, durante a realização do certame, apenas duas propostas válidas foram obtidas, mesmo sendo o serviço caracterizado como de baixa complexidade, podendo suas especificidades ser atendidas por vários fornecedores. O baixo número de propostas persistiu após a publicação do convite em jornais de grande circulação. Nessa situação, não se faz obrigatória a repetição do certame.

Considerando a contratação, por organização pública, de serviço de TI, julgue os itens, com base no que dispõem a Lei n.º 8.666/1993, a legislação complementar e a jurisprudência do TCU, combinada com a IN n.º 4/2008 do MPOG.

63. [111] Se o valor estimado para a contratação do serviço de TI for igual a R\$ 250.000,00, não poderá ser adotada a modalidade convite.

64. [112] Se o valor estimado para a contratação do serviço de TI for igual a R\$ 50.000,00, não poderá ser adotado o pregão eletrônico.

65. [113] Caso sejam identificadas características técnicas que permitam a contratação parcelada de serviços de natureza específica, que podem ser executados por pessoas ou empresas de especialidade diferente da que apresenta o executor do serviço principal, então é obrigatória a realização de um único certame licitatório cuja modalidade seja correspondente à soma dos valores de todas as parcelas do serviço de TI, sob pena de ilicitude por fracionamento de despesa.

66. [114] Para que o serviço possa ser licitado em conformidade com a IN n.º 4/2008 da SLTI, o órgão licitante deverá desenvolver estratégia geral de TI própria, à qual estão vinculados o plano diretor de TI do órgão bem como a aquisição do serviço.

67. [115] Se determinado órgão tem, em curso, apenas um contrato de serviço de TI, o qual já seja atendido por uma empresa vencedora de licitação anterior, não é permitido que o vencedor de licitação em curso seja a referida empresa, visto que os serviços de TI contratados por órgão público não podem ser todos prestados por um único fornecedor.

68. [116] Para o planejamento da contratação do serviço de TI, a organização deve proceder à análise de viabilidade da contratação bem como ao desenvolvimento de um plano de sustentação, ao qual se subordina um plano de continuidade dos serviços em decorrência de eventual interrupção contratual.

69. [117] Para a contratação do serviço de TI, é obrigatória a designação de um gestor do contrato, que tem, entre outras, a responsabilidade de proceder à análise de riscos. Esta análise abrange os procedimentos de identificação dos riscos; caracterização das chances ou possibilidades de ocorrência dos riscos; descrição de ações para tratamento dos riscos; definição de responsáveis por desempenhar ações para tratamento dos riscos.

70. [118] Caso a organização decida realizar a licitação do serviço de TI por meio de pregão eletrônico e que no âmbito do serviço seja necessário o desenvolvimento de software específico para a automação do mesmo, não é recomendada, como critério de julgamento da proposta mais vantajosa, a licitação por menor preço.

71. [119] Considere que, na contratação do serviço de TI, haja a necessidade de contratações frequentes e sejam identificadas dificuldades na definição prévia do quantitativo do serviço a ser efetivamente prestado. Nessa situação, pode-se adotar o sistema de registro de preços para o serviço de TI, o que torna obrigatória a utilização da modalidade concorrência e menor preço.

72. [120] Uma empresa de natureza pública criada especificamente para a prestação de serviços de TI pode ser contratada sem licitação.

Gabarito.**ANP – Analista Administrativo – Área 5 - 2013**

- 1. C
- 2. E
- 3. E
- 4. E

ANAC – Analista Administrativo – Área 4 – 2012.

- 5. C
- 6. E
- 7. E
- 8. E

ANAC – Analista Administrativo – Área 5 – 2012.

- 9. E
- 10. C
- 11. E

TCDF – Auditor de Controle Externo – 2011.

- 12. C
- 13. C
- 14. E
- 15. C
- 16. C
- 17. E
- 18. E
- 19. C
- 20. E
- 21. E
- 22. C
- 23. E
- 24. C
- 25. C

TRT 21ª- 2010 – Contabilidade

- 26. E
- 27. C

MPU – Analista - 2010

- 28. C
- 29. C
- 30. C

MPU – 2010 – Analista de Informática – Suporte Técnico.

- 31. X
- 32. E
- 33. E
- 34. C

35. C

DETRAN-ES – Administrador – 2010 - Cespe

36. E

ABIN – 2010 – Oficial Técnico de Inteligência – Rede de Dados.

- 37. C
- 38. C
- 39. C
- 40. C
- 41. E
- 42. C
- 43. E
- 44. E
- 45. E
- 46. C

TCU – AFC – TI – 2010

- 47. E
- 48. C
- 49. C
- 50. E
- 51. C
- 52. C
- 53. E
- 54. E
- 55. C
- 56. C

IJSN – ES – Informática e Gestão da Informação – 2010.

- 57. C
- 58. E

Banco de Amazônia – Governança de TI - 2010.

- 59. C
- 60. E
- 61. E
- 62. C
- 63. C
- 64. E
- 65. E
- 66. E
- 67. E
- 68. C
- 69. C
- 70. E

71. C

72. C